



ACÓRDÃO Nº 1111/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2333/2013.

Apenso: Processo nº 3318/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Responsável: Sr. Walter Rodrigues da Cruz Júnior – Diretor Presidente da MANAUSTRANS.

4- Exercício: 2012.

5- Órgão: Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito – MANAUSTRANS.

6- Advogados: Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira – OAB/AM 5.885 e Igor de Mendonça Campos – OAB/AM A-766, Miqueias Matias Fernandes-OAB/AM 1516 e Vasco Pereira do Amaral –OAB/AM A-099.

7- Unidade Técnica: DICA/MA e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2314/2017-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.5221/5221v).

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito – MANAUSTRANS. Exercício de 2012.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Fixação de prazo. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que acolheu, em sessão, o voto-vista do Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas do Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito – MANAUSTRANS, referente ao exercício de 2012, de responsabilidade do **Sr. Walter Rodrigues da Cruz Júnior**, Diretor – Presidente e Ordenador de Despesas, à época;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Walter Rodrigues da Cruz Júnior**, Diretor – Presidente do Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito – MANAUSTRANS e Ordenador de Despesas, à época, no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do parágrafo único do art. 53 da Lei nº 2423/1996 c/c caput do art. 308 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, valor atualizado pela Resolução nº 25 de 30/08/2012, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ,



ACÓRDÃO Nº 1111/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

pelo cometimento das impropriedades listadas no RELVOTO nº 387/2017-GCYARA de nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07;

10.3. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o Sr. Walter Rodrigues da Cruz Júnior recolha o valor constante no item 2 deste acórdão, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, alínea a, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 169, I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

10.4.1. Encaminhe à atual Administração do Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito – MANAUSTRANS e Ordenador de Despesas, à época, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

10.4.2. Cientifique os interessados acerca do *decisum*, nos termos do *caput*, do art. 161, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;

10.4.3. Arquive o Processo apenso a estes autos (Processo nº. 3318/2016), o qual já foi julgado, conforme Acórdão nº. 870/2016 – TCE – Tribunal Pleno.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 05 de Dezembro de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral